

SOBRE A QUADRÚPLICE RAIZ DO
PRINCÍPIO DE RAZÃO SUFICIENTE



UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Reitor

MARCELO KNOBEL

Coordenadora Geral da Universidade

TERESA DIB ZAMBON ATVARS



Conselho Editorial

Presidente

MÁRCIA ABREU

ANA CAROLINA DE MOURA DELFIM MACIEL – EUCLIDES DE MESQUITA NETO

MÁRCIO BARRETO – MARCOS STEFANI

MARIA INÊS PETRUCCI ROSA – OSVALDO NOVAIS DE OLIVEIRA JR.

RODRIGO LANNA FRANCO DA SILVEIRA – VERA NISAKA SOLFERINI

Coleção Fausto Castilho de Filosofia

Série Multilíngues

Comissão Editorial

Coordenadores

ALEXANDRE GUIMARÃES TADEU DE SOARES – OSVALDO GIACOIA JUNIOR

DANIEL GARBER – FRANKLIN LEOPOLDO E SILVA

GIULIA BELGIOIOSO – MARCOS STEFANI

Arthur Schopenhauer

SOBRE A QUADRÚPLICE RAIZ DO
PRINCÍPIO DE RAZÃO SUFICIENTE

Uma dissertação filosófica

Edição em alemão e português

Tradução e prefácio à edição brasileira

Oswaldo Giacoia Junior

Gabriel Valladão Silva

EDITORIA
UNICAMP

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO
SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNICAMP
DIRETORIA DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO
Bibliotecária: Maria Lúcia Nery Dutra de Castro – CRB-8ª / 1724

SCH65S SCHOPENHAUER, ARTHUR, 1788-1860.
Sobre a quadrúplice raiz do princípio de razão suficiente: Uma dissertação filosófica/
Arthur Schopenhauer; tradução: Oswaldo Giacoia Junior e Gabriel Valladão Silva. –
Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2019.

1. Filosofia alemã. 2. Razão – Filosofia. 3. Representação (Filosofia). 4. Lógica. 5. Teo-
ria do conhecimento. I. Giacoia Junior, Oswaldo. II. Silva, Gabriel Valladão. III. Título.

CDD – 193
– 160
– 121.68
– 160
– 121

ISBN 978-85-268-1489-9

Título original: *Ueber die vierfache Wurzel des Satzes vom zureichenden Grunde*

Copyright da tradução © Fundação Fausto Castilho

Copyright © 2019 by Editora da Unicamp

As opiniões, hipóteses, conclusões e recomendações expressas
neste material são de responsabilidade do(s) autor(es) e não
necessariamente refletem a visão da Editora da Unicamp.

Direitos reservados e protegidos pela lei 9.610 de 19.2.1998.

É proibida a reprodução total ou parcial sem autorização,
por escrito, dos detentores dos direitos.

Printed in Brazil.
Foi feito o depósito legal.

Direitos reservados a

Editora da Unicamp
Rua Sérgio Buarque de Holanda, 421 – 3ª andar
Campus Unicamp
CEP 13083-859 – Campinas – SP – Brasil
Tel./Fax: (19) 3521-7718 / 7728
www.editoraunicamp.com.br vendas@editora.unicamp.br

SUMÁRIO

Prefácio à edição brasileira.....	7
Prefácio.....	23
Primeiro Capítulo	
Introdução	29
Segundo Capítulo	
Panorama do que até aqui foi ensinado de mais fundamental sobre o princípio de razão suficiente.....	39
Terceiro Capítulo	
Insuficiência da apresentação feita até aqui e ensaio de uma nova.....	77
Quarto Capítulo	
Sobre a primeira classe de objetos para o sujeito e a figura nela dominante do princípio de razão suficiente.....	83
Quinto Capítulo	
Sobre a segunda classe de objetos para o sujeito e a configuração nela dominante do princípio de razão suficiente.....	223
Sexto Capítulo	
Sobre a terceira classe de objetos para o sujeito e a forma nela dominante do princípio de razão suficiente.....	291

Sétimo Capítulo

Sobre a quarta classe de objetos para o sujeito e a forma nela dominante do princípio de razão suficiente.....	311
--	-----

Oitavo Capítulo

Observações gerais e resultados.....	331
--------------------------------------	-----

PREFÁCIO À EDIÇÃO BRASILEIRA

A proposta de traduzir *Sobre a quadrúplice raiz do princípio de razão suficiente. Uma dissertação filosófica*, de Arthur Schopenhauer, partiu do professor Fausto Castilho alguns anos atrás, à vista da importância desta contribuição para a história da filosofia contemporânea. Foi também dele a discreta indicação que determinou a escolha do adjetivo “quadrúplice” para a tradução do título, em vez de “quádrupla raiz”, opção léxica seguida em outros idiomas. “Quadrúplice” conserva do latim *quadrūplex-, -īcis*, uma pronunciada acepção indicativa do que é formado por quatro membros, constituído de quatro elementos, e, nesse sentido, torna possível uma diferenciação extremamente relevante, no que respeita ao conteúdo do texto ora traduzido, em relação ao numeral multiplicativo quádruplo – pois este significa principalmente o que é quatro vezes maior, uma quantidade multiplicada por quatro.

No entanto, o título cuidadosamente escolhido por Schopenhauer para seu escrito visa indicar precisamente que não se trata de um princípio ou fundamento único multiplicado por quatro ou de quatro vezes a mesma coisa, mas de modificações distintivas ou especificações unicamente de acordo com as quais o princípio de razão suficiente, em sua ramificação diferencial, coloca-se na base da configuração total do mundo da representação.

Em *Sobre a quadrúplice raiz do princípio de razão suficiente*, o principal objetivo de Schopenhauer consiste em distinguir e elucidar as quatro acepções desse princípio, dissipando todas as confusões teóricas e práticas que têm ori-

gem no uso indiferenciado e numa compreensão insuficiente do princípio de razão suficiente. A formulação da segunda parte do título da dissertação em seu idioma original, “*Satz vom Grund*” ou “*Satz vom zureichenden Grund*”, impõe peremptoriamente essa tarefa como indispensável, para evitar mal-entendidos, tanto no plano ontológico quanto no lógico e epistemológico.

Daí porque a tradução tem necessidade de ponderar que a palavra *Satz* significa, na mencionada fórmula, *princípio*, embora também possa ser vertida em português como *sentença* ou *proposição fundamental*. Já o substantivo *Grund*, por sua vez, é ainda mais rico do ponto de vista semântico, sendo de etimologia germânica (derivado do alemão antigo e medieval “*grunt*”) e de significação arcaica. Nessa palavra combinam-se as acepções tanto de “profundidade” como de “fundo”, no sentido material da camada final e mais profunda de um corpo ou espaço (o fundo das águas ou substrato do solo, por exemplo); nesse mesmo sentido, o termo designa também fundamento material. Ao lado deste, avulta o sentido (imaterial) de profundidade insondável, abismo (*Abgrund*). Outra vertente cardinal de significado é aquela de origem, causa e fundamento originário (*Ursprung e Fundament*), raiz, fonte, o que há de mais profundo, interior e recôndito na gênese de uma entidade.¹ Nessa segunda acepção, o termo *Grund* comparece de modo pronunciado na história da filosofia alemã como um conceito fundamental. Da mística de Jakob Böhme e Meister Eckhart, passando por toda a filosofia medieval até chegar a Leibniz e Wolff, o conceito figura, com enorme importância, nas filosofias de Kant, Hegel, Schelling e, finalmente, em Schopenhauer.

Portanto, na fórmula *princípio de razão suficiente*, encontram-se compreendidas as especificações que Schopenhauer distingue com clareza, rigor e precisão, mantendo uma conexão essencial com a filosofia kantiana, ainda que nela critique radicalmente o uso indiferenciado do termo *Grund*. Este, pois, significa simultaneamente razão, causa, fundamento, razão de conhecimento e motivação, que a presente tradução procurou distinguir e manter cuidadosamente. Tudo isso em atenção a uma das teses fundamentais da dissertação e do pensamento de Schopenhauer, de acordo com a qual, no domínio inteiro do conhecimento empírico, não encontramos nenhum fundamento absoluto, não há nem pode haver *um único fundamento*, pura e simplesmente dado, já que o mundo da realidade empírica constitui um

¹ Cf. o verbete *Grund* no *HWPb: Historisches Wörterbuch der Philosophie*. Joachim Ritter (ed.), pp. 1.002-1.010.

universo de relações. Para Schopenhauer, no mundo da representação submetida ao princípio de razão suficiente, todo e qualquer *Grund* ou razão pertence necessariamente a uma das quatro espécies de razão distinguidas no texto, a saber, lógica, matemática, física ou ética.

Em 1809, Arthur Schopenhauer deu início, na Universidade de Göttingen, a um curso de graduação em medicina, que logo foi abandonado em virtude de seu interesse cada vez mais pronunciado pelo estudo sistemático de filosofia. A história do texto ora traduzido remonta a esse período, pois *Sobre a quádruplice raiz do princípio de razão suficiente* é a tese com base na qual Schopenhauer obteve, em 2 de outubro de 1813, o título de doutor em filosofia (com o qualificativo *magna cum laude*) na Universidade de Jena. Nessa mesma época, ele manteve intensas conversações com Goethe, das quais resultou sua tentativa de defender a doutrina das cores de Goethe contra a teoria das cores de Newton, empreendimento do qual resultou o ensaio de Schopenhauer intitulado *Sobre a visão e as cores*, publicado em 1815 – que, de resto, não foi inteiramente do agrado do próprio Goethe.

Para que se possa ter uma ideia adequada da importância que Schopenhauer sempre conferiu à sua tese doutoral, é necessário ter em vista que, no prefácio escrito em 1818 para a primeira edição de sua obra capital, intitulada *O mundo como vontade e representação*, publicação que data de 1819, ele adverte o leitor para as três pilastras que formam a base de seu edifício filosófico, a saber, a filosofia de Kant, a escola do divino Platão e o conhecimento dos *Upanixades*, que, para o autor, constituía a grande vantagem que o século XIX poderia reivindicar em face dos anteriores. Ora, nesse mesmo prefácio, e com a mesma ênfase dada a tais referências, Schopenhauer formula como exigência incontornável que, antes da leitura de *O mundo como vontade e representação*,

leia-se a sua introdução, embora esta não esteja contida nele, mas foi publicada cinco anos antes com o título *Sobre a quádrupla Raiz do Princípio de razão suficiente, um ensaio filosófico*. Sem a familiaridade com esta introdução e propedêutica é completamente impossível a compreensão propriamente dita do presente escrito; o conteúdo daquele ensaio é aqui em toda parte tão pressuposto, como se estivesse incluído no livro. De resto, se aquele ensaio não tivesse precedido a esta obra em alguns anos, com certeza não estaria antecedendo-a como sua introdução, mas seria incorporado ao primeiro livro, que, agora, na medida em que lhe falta o que naquele ensaio se encontra, mostra certa

imperfeição por conta de lacunas que têm de ser sempre preenchidas com referências ao mencionado ensaio.²

Sobre a quadrúplice raiz do princípio de razão suficiente constitui, portanto, uma condição de inteligibilidade de todo o sistema filosófico de Arthur Schopenhauer, que tem como característica fundamental ser um sistema constituído por um pensamento único, relativamente ao qual todos os aportes posteriormente editados têm natureza complementar e são considerados pelo autor como apensos, adendos, parergo (apêndices) e paralipômenos (suplementos). Com efeito, na segunda edição de *O mundo como vontade e representação*, de 1844, o autor acrescenta um volume de adendo – o que torna essa segunda edição conhecida como *O mundo como vontade e representação*, tomo II: *Suplementos*. A ela segue-se a terceira edição, em 1859, portanto, 15 anos depois. Em 1851, Schopenhauer publica os dois volumes de *Parerga und Paralipomena*, que, como o próprio título indica, são também acréscimos e esclarecimentos à obra anterior. Os dois textos sobre a moralidade, com os quais Schopenhauer toma parte em concursos promovidos por academias científicas europeias, são especificações do Livro IV de *O mundo como vontade e representação*: em 1839 aparece *Sobre a liberdade da vontade* (premiado pela Real Academia de Ciências da Noruega); em 1840 surge *Sobre o fundamento da moral* (não premiado, como único concorrente, pela Real Academia de Ciências da Dinamarca).

Sobre a quadrúplice raiz do princípio de razão suficiente ocupa, portanto, um lugar estratégico na obra de Schopenhauer: essa dissertação constitui o cerne de sua teoria do conhecimento e desempenha, no interior da obra, uma função essencial: a de introduzir à lógica de um sistema que forma uma totalidade cerrada, no sentido exigido por Schopenhauer como elemento distintivo do pensamento filosófico.

Um sistema de pensamentos tem sempre de possuir uma coesão arquiteônica, ou seja, uma tal em que uma parte sustenta continuamente a outra, e esta, por sua vez, não sustenta aquela, em que a pedra fundamental sustenta todas as partes, sem no entanto ser por elas sustentada, em que o topo é sustentado, sem no entanto sustentar. Ao contrário, UM PEN-

² A. Schopenhauer. *O mundo como vontade e como representação*, tomo I. Trad. Jair Barboza. 2. ed. São Paulo, Editora Unesp, 2013, p. XXVII.

SAMENTO ÚNICO, por mais abrangente que seja, guarda a mais perfeita unidade. Se, todavia, em vista de sua comunicação, é decomposto em partes, então a coesão destas tem de ser, por sua vez, orgânica, isto é, uma tal em que cada parte tanto conserva o todo quanto é por ele conservada, nenhuma é a primeira ou a última, o todo ganha em clareza mediante cada parte, e a menor parte não pode ser plenamente compreendida sem que o todo já o tenha sido previamente. – Um livro tem de ter, entretantes, uma primeira e uma última linha; nesse sentido, permanece sempre bastante dessemelhante a um organismo, por mais que se assemelhe a este em seu conteúdo. Consequentemente, forma e estofo estarão aqui em contradição. Sob tais circunstâncias, resulta facilmente que, para penetrar na exposição destes pensamentos, há apenas um conselho: LER O LIVRO DUAS VEZES, e em verdade a primeira vez com muita paciência, haurível da crença voluntária e espontânea de que o começo pressupõe o fim quase tanto quanto o fim, o começo, e, precisamente dessa forma, cada parte anterior pressupõe quase tanto a posterior quanto esta aquela.³

A dissertação *Sobre a quadrúplice raiz* constitui o pórtico de uma obra que sustenta a pretensão de se apresentar como um sistema filosófico inteiramente novo: não apenas uma nova exposição do já existente, mas uma série de pensamentos consistente e coerente no mais elevado grau, tal como, no entender de seu autor, jamais chegou a ser formulado em nenhuma outra cabeça até então. O sistema não se baseia ou fundamenta em conceitos ou conhecimentos abstratos, mas em conhecimento imediato e intuitivo do próprio mundo, que participa tanto da natureza da arte (intuição) quanto da ciência (conceito). Trata-se de uma soterio-filosofia – uma filosofia redentora –, consistente desse único pensamento, enunciado com pregnância no § 71 do primeiro tomo: “O mundo é minha representação, esta é uma proposição com o mesmo estatuto teórico dos teoremas de Euclides, uma proposição que todos têm de admitir imediatamente, tão logo a compreendam; ainda que não seja uma proposição que todos compreendam tão logo a ouçam”.

O mundo compreendido como autoconhecimento da vontade compõe a totalidade que se articula sob a égide do princípio de razão suficiente e que se refrata na quadrúplice raiz desse princípio, tal como Schopenhauer expõe na obra ora traduzida. Um sistema cuja verdade, exposta nas quatro rubricas

³ *Idem*, p. XXVI.

arroladas no § 29 de *Sobre a quádruplice raiz*, não é meramente a referência de uma representação abstrata a uma outra representação, mas

é a referência de um juízo à relação que uma representação intuitiva, o corpo, tem com algo que absolutamente não é representação, mas *toto genere* diferente dela, a saber: Vontade. Gostaria, por conta disso, de destacar essa verdade de todas as demais e denominá-la VERDADE FILOSÓFICA *κατ'ἐξοχην*.⁴ A expressão da mesma pode ser dita de diversas maneiras: meu corpo e minha vontade são uma coisa só; ou, o que como representação intuitiva denomino meu corpo, por outro lado denomino minha vontade, visto que estou consciente dele de maneira completamente diferente, não comparável com nenhuma outra; ou meu corpo é a *objetividade* de minha vontade.⁵

Em sua teoria do conhecimento, Schopenhauer distingue duas modalidades fundamentais de cognição humana, de que trataremos brevemente a seguir. A primeira recobre o inteiro âmbito dos conhecimentos científicos e da representação do mundo como realidade empírica. A segunda diz respeito a um conhecimento intuitivo de gênero especial, que permite o acesso a um mundo não fenomênico, mas constituído pela essência ou “coisa em si”, a realidade metafísica, que, para ele, é identificada com a Vontade e pode ser acessada, à diferença do sistema crítico de Kant.

Todos os nossos conhecimentos da realidade empírica limitam-se ao conhecimento de fenômenos e obedecem, sem qualquer exceção possível, ao princípio de razão suficiente, cuja explicitação integral é empreendida em *Sobre a quádruplice raiz do princípio de razão suficiente*. Schopenhauer considera como o enunciado mais conciso, claro e universal desse princípio aquele que lhe é dado na filosofia de Christian Wolff (1679-1754): *Nihil est sine ratione, cur potius sit quam non sit*: Nada é sem uma razão pela qual é ou não é. Schopenhauer considera ser a formulação de Wolff aquela que, na tradição da história da filosofia, melhor satisfaz as exigências de uma lei de homogeneidade e especificação no conhecimento científico – no sentido em que todos os conhecimentos particulares tanto estariam submetidos a essa mesma fórmula, independentemente de sua proveniência particular,

⁴ Eminentemente, por excelência.

⁵ *Op. cit.*, § 18, p. 120.

quanto poderiam também ser especificados em sua diferenciação sob as rubricas de cada uma das quatro raízes.

Em consonância com elas, nossos conhecimentos ordenam-se em correspondência com nossas faculdades cognitivas, resultando, portanto, na seguinte organização: Sensibilidade, Intellecto, Razão e Consciência de si, às quais correspondem, respectivamente, as seguintes especificações do princípio de razão suficiente: a sensibilidade, cujas formas puras são o espaço e o tempo, constitui o domínio do princípio de razão suficiente do ser, ao qual estão submetidas as ciências matemáticas; o intellecto ou entendimento (*Verstand*), como faculdade da intuição, está submetido ao princípio de razão suficiente do devir ou causalidade, e constitui o domínio das ciências da natureza (física, em sentido amplo); a razão (*Vernunft*), que é a faculdade dos conceitos abstratos, está submetida ao princípio de razão suficiente do conhecer; e a consciência de si (*Selbstbewusstsein*), que é identificada com a vontade, submetida ao princípio de razão suficiente do agir ou lei de motivação, que vige no campo da ética.

A essa organização corresponde a estrutura arquitetônica (igualmente quadrúplice) da obra *O mundo como vontade e representação*. No tomo I, temos, por um lado, a parte formada pelos dois primeiros livros, que compreende o Livro I, dedicado à representação submetida ao princípio de razão suficiente (livro que pressupõe e é complementado pela dissertação *Sobre a quadrúplice raiz*); e o Livro II, que se ocupa da filosofia da natureza, ou do conhecimento do mundo submetido ao princípio de razão como objetivação da vontade enquanto coisa em si. Já a segunda parte trata da contemplação estética enquanto representação não submetida ao princípio de razão suficiente (Livro III); e da ética, assim como da negação da vontade, na medida em que esses fenômenos transcendem igualmente o domínio do princípio de razão suficiente (Livro IV).

O conhecimento do mundo como representação, desdobrado nas quatro modalidades do princípio de razão suficiente, tem sua síntese realizada sob a égide do *principium individuationis* – o princípio de individuação –, que é a unidade lógica resultante da atuação conjunta e integrada das formas puras e transcendentais da percepção e da intuição, portanto, espaço, tempo e causalidade. Logo, o princípio não corresponde a nenhuma *veritas aeterna*, no sentido do realismo dogmático dos séculos XVII e XVIII, mas radica na estrutura do intellecto, sendo, desse modo, inteiramente determinado pela organização do aparelho cognitivo do sujeito cognoscente, razão pela qual está

necessariamente limitado ao mundo fenomênico. Em virtude dessa síntese, a realidade empírica só pode ser conhecida *como constituída por relações entre entidades individuais*, ou indivíduos, objetos que se apresentam como fenômenos para o sujeito que conhece. A importante contribuição de *Sobre a quádruplice raiz* para o sistema apresentado em *O mundo como vontade e representação*, aquilo que o torna em certo sentido um pressuposto indispensável para este, encontra-se justamente na apresentação sistemática das diferentes formas de individuação não como realidades metafísicas, mas apenas como fato empírico-fenomênico, como produto de nossa apreensão subjetiva dos entes com os quais nos relacionamos, abrindo assim a via para uma consideração metafísica capaz de contemplar e confrontar os resultados da filosofia crítica kantiana.

Pois se espaço, tempo e causalidade, combinados no *principium individuationis*, constituem a condição de toda representação humana da realidade empírica que compõe “o mundo da representação” submetido ao princípio de razão (“Sabemos que a PLURALIDADE em geral é necessariamente condicionada por tempo e espaço e só é pensável nestes, os quais, nesse sentido, denominamos *principium individuationis*”);⁶ se, portanto, a individuação é mero fenômeno situado no espaço e no tempo, e estes, por sua vez, nada mais são que formas universais de todos os objetos – conectadas segundo a regra causal, sendo tais formas determinadas por nossa faculdade cerebral de conhecimento –, então segue que toda a multiplicidade e toda a diferenciação dos indivíduos em tempo e espaço constituem mera aparência, na medida em que não se fundam na natureza essencial do mundo, mas apenas no modo em que o apreendemos em nossa representação. É isso que Schopenhauer, com apoio metafórico no pensamento hindu, denomina “o véu de Maya”, para indicar seu caráter “ilusório”, se contrastado com a verdadeira realidade metafísica, a qual, por ser alheia às formas da representação, deve ser una, porque inextensa, e imutável, porque atemporal.⁷

⁶ *Idem*, § 25, pp. 148-149.

⁷ A única referência precisa de Arthur Schopenhauer, que pode ser vista como uma fonte teórica provável para o seu próprio entendimento do *principium individuationis*, é proveniente da metafísica de Francisco Suárez: “utrum in omnibus naturis res individua et singularis, ut talis est, addat aliquid supra communem seu specificam naturam” (“se a todas as coisas de natureza individual e singular, enquanto são tais, acresce-se algo supracomum acima de sua específica natureza”. F. Suárez. *Disputationes Metaphysicae*. Disputatio V: *De Unitate Individuale Eiusque Principio*. Sectio II: *Utrum in Omnibus Naturis Res Individua et Singularis*). Cf. também: F. Suárez. *Disputes métaphysiques*. Jean-Paul Coujoue (ed.). Paris, Vrin, 1998.

Podemos divisar a correspondência dessa questão metafísica e sua resolução na seguinte passagem de Arthur Schopenhauer:

Quem reconheceu a forma do princípio de razão que aparece no tempo puro como tal, e na qual se baseia toda numeração e cálculo, também compreendeu toda a essência do tempo. Este nada mais é do que justamente aquela forma do princípio de razão, e não possui nenhuma outra propriedade. Sucessão é toda a sua essência. – Quem, ademais, conheceu o princípio de razão, tal qual ele rege no mero espaço puramente intuído, esgotou com isso toda a essência do espaço, visto que é, por completo, tão somente a possibilidade das determinações recíprocas de suas partes, o que se chama POSIÇÃO. A consideração pormenorizada desta, bem como a formulação dos resultados daí advindos em conceitos abstratos para emprego cômodo, constitui o conceito de toda geometria. – Do mesmo modo, quem compreendeu a figura do princípio de razão que rege o conteúdo daquelas formas (tempo e espaço), da sua perceptibilidade, isto é, a matéria, portanto a causalidade, também compreendeu a essência inteira da matéria como tal, pois esta é, por completo, apenas causalidade, do que cada um se convence tão logo reflita sobre isso. O ser da matéria é seu fazer-efeito: nenhum outro ser lhe é possível nem sequer pensável.⁸

Por sua vez, a universalidade da lei da causalidade deriva unicamente de que toda e qualquer alteração ou mudança nos estados da matéria depende, em sua essência, de

NO MESMO LUGAR do espaço haver agora UM estado, em seguida OUTRO e, NUM ÚNICO e mesmo tempo determinado, haver AQUI este estado, LÁ outro. Só essa limitação recíproca do tempo e do espaço fornece uma regra, segundo a qual a mudança tem de ocorrer, significação e ao mesmo tempo necessidade. Aquilo a ser determinado pela lei da causalidade não é, portanto, a sucessão de estados no mero tempo, mas essa sucessão em referência a um espaço determinado; não a existência de estados num lugar qualquer, mas neste lugar e num tempo determinado. A mudança, isto é, a alteração ocorrida segundo a lei causal, concerne, portanto, sempre a uma parte determinada do espaço e a uma parte determinada do

⁸ Schopenhauer, *op. cit.*, § 4, p. 10.

tempo, SIMULTANEAMENTE e em união. Em conformidade com isso, a causalidade une espaço e tempo.⁹

Uma vez que espaço, tempo e causalidade são formas *a priori* de nosso aparelho cognitivo, daí decorre a incontornável limitação de nosso conhecimento ao âmbito fenomênico. Para Schopenhauer, a busca da significação do mundo da representação com o qual nos confrontamos enquanto fenômeno num domínio situado para além dele, ou a transição da mera representação do sujeito que conhece para o que ele mesmo ainda possa ser além de mero fenômeno ou aparência refratada no “véu de Maya”, nunca seria possível se não dispuséssemos de uma outra via, ou de um conhecimento, cuja natureza e cujo alcance fossem inteiramente diversos daqueles submetidos ao *principium individuationis*. Para Schopenhauer, esse gênero de conhecimento existe: é um saber intuitivo, de tipo especial, no qual o sujeito faz a experiência de si mesmo, de seu próprio corpo, mas não como corpo físico (*Körper*), isto é, como corpo extenso conhecido por meio das formas da representação, mas como que “de dentro” (como *Leib*); igualmente, da parte do sujeito, essa experiência tampouco é feita como sujeito empírico individual, assediado por seus apetites e desejos particulares, mas como puro sujeito que conhece, como “cabeça de anjo alada destituída de corpo”.¹⁰ Nessa experiência peculiar que temos do corpo que somos, fazemos a transição do mundo da representação fenomênica para o mundo da Vontade de Viver (*Wille zum Leben*, ou simplesmente *Wille*), para o âmbito da unidade metafísica, da essência, realidade ou “coisa em si”.

Ao sujeito do conhecimento que entre em cena como indivíduo mediante sua identidade como corpo, esse corpo é dado de duas maneiras completamente diferentes: uma vez como representação na intuição do entendimento, como objeto entre objetos e submetido às leis destes; outra vez de maneira completamente outra, a saber, como aquilo conhecido imediatamente por cada um e indicado pela palavra VONTADE.¹¹

Para o puro sujeito de conhecimento, na experiência que faz de si mesmo como corpo (*Leib*), abre-se o acesso para a consciência de Si Mesmo, ou, em

⁹ *Idem*, § 4, p. 11.

¹⁰ *Idem*, § 18, p. 116.

¹¹ *Idem*, § 18, p. 117.

outras palavras, do que ele também é, além de ser sujeito empírico do conhecimento. O que ele é, enquanto não é mais fenômeno, mas coisa em si, é Vontade.

Dada a idealidade do *principium individuationis*, estabelecida, como vimos, na dissertação que ora apresentamos, assim como no Livro I de *O mundo como vontade e representação*, Schopenhauer se vê justificado a transpor essa compreensão essencial de si para o restante do mundo: Como o corpo de cada um, também o mundo é, por um lado, representação, aparição para um sujeito cognoscente, e, por outro, isto é, na medida em que é algo “em si”, Vontade. – É assim, pois, que a delimitação do campo de vigência do princípio de razão suficiente realizada em *Sobre a quadrúplice raiz* fornece as bases epistemológicas para as reflexões metafísicas, estéticas e morais realizadas nos Livros II, III e IV de *O mundo como vontade e representação*.

Por fim, vale ainda ressaltar que a presente tradução se beneficiou da comparação com suas congêneres qualificadas por exigentes padrões histórico-crítico-filológicos, como as seguintes:

On the Fourfold Root of the Principle of Sufficient Reason. Trad. K. Hillebrand. London, G. Bell, 1889.

De la quadruple racine du principe de la raison suffisante. Trad. J. A. Cantacuzène. Paris, Librairie Germer Baillière, 1882.

De la cuádruple raíz del principio de razón suficiente. Trad. Leopoldo-Eulogio Palacios. Madrid, Gredos, 1981.

Sulla quadruplici radice del principio di ragione sufficiente. Trad. Sossio Giametta. Milano, RCS Libri, 2000.

Gabriel Valladão Silva
Oswaldo Giacoia Junior

Arthur Schopenhauer

SOBRE A QUADRÚPLICE RAIZ DO
PRINCÍPIO DE RAZÃO SUFICIENTE

Uma dissertação filosófica

I.

Ueber die vierfache Wurzel
des Satzes vom zureichenden Grunde.

Eine philosophische Abhandlung
von
Arthur Schopenhauer.

Ναι μα τον άμείριτα ψυχή παραδόντα τετραχτόν,
Παγίν άνένου φύσεως, βίζώμα τ' έχουσαν.